



DE 31 OUTUBRO A 18 NOVEMBRO DE 2016 NOVIDADES LEGISLATIVAS E REGULAMENTARES MAIS SIGNIFICATIVAS

ATIVIDADE PARLAMENTAR E PROCESSO LEGISLATIVO

ÚLTIMAS INICIATIVAS ENTRADAS

[Projeto de Lei 342/XIII](#)

Impõe deveres de transparência aos administradores da Caixa Geral de Depósitos e altera o Estatuto do Gestor Público

Autoria: PSD

[Projeto de Lei 343/XIII](#)

Primeira alteração ao Decreto – Lei nº 233/2008, de 2 de dezembro que regulamenta o exercício do direito de associação pelos profissionais da Guarda Nacional Republicana (GNR)

Autoria: PCP

[Projeto de Lei 344/XIII](#)

Protege a trabalhadora grávida, puérpera ou lactante no período experimental, tornando obrigatório parecer prévio da cite em caso de denúncia do contrato de trabalho por parte da entidade empregadora

Autoria: BE

[Projeto de Lei 345/XIII](#)

Promove a regulação urgente das responsabilidades parentais e a atribuição de alimentos em situações de violência doméstica e de aplicação de medidas de coação ou de pena acessória que impliquem afastamento entre progenitores

Autoria: PS

[Proposta de Resolução 25/XIII](#)

Aprova a Convenção entre a República Portuguesa e o Principado de Andorra para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre os Rendimentos, assinada em Nova Iorque, em 27 de setembro de 2015.

[Proposta de Resolução 26/XIII](#)

Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e o Governo das Ilhas Virgens Britânicas sobre Troca de Informações em Matéria Fiscal, assinado em Londres, em 5 de outubro de 2010.

[Proposta de Resolução 27/XIII](#)

Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e o Governo das Ilhas Turcas e Caicos sobre Troca de Informações em Matéria Fiscal, assinado em Londres, em 21 de dezembro de 2010

[Proposta de Resolução 28/XIII](#)

Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e os Estados de Guernsey sobre Troca de Informações em Matéria Fiscal, assinado em Londres, em 9 de julho de 2010.

[Proposta de Resolução 33/XIII](#)

Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e o Belize sobre Troca de Informações em Matéria Fiscal, assinado em Londres, em 22 de outubro de 2010

ÚLTIMOS TEXTOS APROVADOS

[Decreto da Assembleia 50/XIII](#)

Primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei n.º 41/2016, de 1 de agosto, que altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, o Regime do IVA nas Transações Intracomunitárias, o Decreto-Lei n.º 185/86, de 14 de julho, o Código do Imposto do Selo, o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e o Código do Imposto Único de Circulação

[Decreto da Assembleia 51/XIII](#)

Autoriza o Governo a aprovar o regime jurídico relativo à instalação e exploração dos estabelecimentos de culturas em águas marinhas, incluindo as águas de transição, e em águas interiores

 **ACORDOS DE COOPERAÇÃO**

[Decreto n.º 4/2016 - Diário da República n.º 216/2016, Série I de 2016-11-10](#)

Negócios Estrangeiros

Aprova o Acordo de Cooperação Económica entre a República Portuguesa e a República da Tunísia, assinado em Tunes, em 23 de março de 2010

 **AMBIENTE**

[Decreto-Lei n.º 71/2016 - Diário da República n.º 212/2016, Série I de 2016-11-04](#)

Ambiente

Procede à sétima alteração ao [Decreto-Lei n.º 366-A/97](#), de 20 de dezembro, que estabelece os princípios e as normas aplicáveis ao sistema de gestão de embalagens e resíduos de embalagens, à décima alteração ao [Decreto-Lei n.º 178/2006](#), de 5 de setembro, que aprova o regime geral da gestão de resíduos, transpondo a Diretiva 2015/1127, da Comissão, de 10 de julho de 2015, e à primeira alteração ao [Decreto-Lei n.º 67/2014](#), de 7 de maio, que aprova o regime jurídico da gestão de resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos

[Decreto-Lei n.º 72/2016 - Diário da República n.º 212/2016, Série I de 2016-11-04](#)

Ambiente

Procede à primeira alteração ao [Decreto-Lei n.º 92/2013](#), de 11 de julho, prevendo a criação de sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais por destaque dos sistemas multimunicipais resultantes de agregações

[Decreto-Lei n.º 76/2016 - Diário da República n.º 215/2016, Série I de 2016-11-09](#)

Ambiente

Aprova o Plano Nacional da Água, nos termos do n.º 4 do artigo 28.º da Lei da Água, aprovada pela [Lei n.º 58/2008](#), de 31 de maio, e cria a Comissão Interministerial de Coordenação da Água

[Despacho Normativo n.º 12/2016 - Diário da República n.º 213/2016, Série II de 2016-11-07](#)

Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural - Gabinete do Ministro

Primeira alteração ao Despacho Normativo n.º 1-C/2016, de 11 de fevereiro, que estabelece o regime de certificação ambiental no âmbito das práticas agrícolas benéficas para o clima e o ambiente (Greening)

 **CONCORRÊNCIA**

ADC - AUTORIDADE DA CONCORRÊNCIA

[Guia para Associações de Empresas](#)

A Autoridade da Concorrência publica o Guia para Associações de Empresas – Com Concorrência Todos Ganhamos, com o objetivo de dar a conhecer às associações de empresas e às suas associadas, as decisões ou comportamentos a evitar, de forma a assegurar o respeito pelas regras da Concorrência.

 **ENERGIA**

[Decreto-Lei n.º 69/2016 - Diário da República n.º 211/2016, Série I de 2016-11-03](#)

Economia

Procede à segunda alteração ao [Decreto-Lei n.º 117/2010](#), de 25 de outubro, que estabeleceu os critérios de sustentabilidade da produção e utilização de biocombustíveis e de biolíquidos, bem como os mecanismos de promoção de biocombustíveis nos transportes terrestres e define os limites de incorporação obrigatória de biocombustíveis para os anos de 2011 a 2020, e transpôs parcialmente para a ordem jurídica interna os artigos 17.º a 19.º e os anexos III e V da [Diretiva n.º 2009/28/CE](#), do Conselho e do Parlamento Europeu, de 23 de abril, e o n.º 6 do artigo 1.º e o anexo IV da [Diretiva n.º 2009/30/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de abril

[Decreto-Lei n.º 70/2016 - Diário da República n.º 211/2016, Série I de 2016-11-03](#)

Economia

Executa na ordem jurídica nacional interna o disposto no [Regulamento \(CE\) n.º 1222/2009](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009, relativo à rotulagem dos pneus no que respeita à eficiência energética e a outros parâmetros essenciais

[Portaria n.º 291-A/2016 - Diário da República n.º 220/2016, 1.º Suplemento, Série I de 2016-11-1675740661](#)

Finanças e Economia

Taxa do ISP aplicável ao gasóleo

 **FINANCEIRO**

[Decreto-Lei n.º 66/2016 - Diário da República n.º 211/2016, Série I de 2016-11-03](#)

Finanças

Estabelece um regime facultativo de reavaliação do ativo fixo tangível e propriedades de investimento, no uso da autorização legislativa concedida pelo artigo 141.º da [Lei n.º 7-A/2016](#), de 30 de março

[Decreto-Lei n.º 67/2016 - Diário da República n.º 211/2016, Série I de 2016-11-03](#)

Finanças

Aprova o programa especial de redução do endividamento ao Estado

[Portaria n.º 293-A/2016 - Diário da República n.º 222/2016, 1.º Suplemento, Série I de 2016-11-18](#)

Finanças

Estabelece as condições e procedimentos para a aplicação do disposto no n.º 2 do artigo 10.º do regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos

BANCO DE PORTUGAL

[Nota de Informação Estatística - Dívida pública-setembro de 2016](#)

[Nota de Informação Estatística - Empréstimos concedidos pelo setor financeiro-setembro de 2016](#)

[Contas de serviços mínimos bancários crescem 28% no 1.º semestre de 2016](#)

[Nota de Informação Estatística - Taxas de juro de novas operações de empréstimos e depósitos-setembro de 2016](#)

[Nota de Informação Estatística - Empréstimos e depósitos bancários-setembro de 2016](#)

[Nota de Informação Estatística - Fundos de Investimento-setembro de 2016](#)

[Nota de Informação Estatística - Emissões de títulos-setembro de 2016](#)

[Nota de Informação Estatística - Balança de pagamentos-setembro de 2016](#)

[Nota de Informação Estatística: Posição de investimento internacional - setembro de 2016](#)

COMISSÃO DE MERCADOS DE VALORES MOBILIÁRIOS

[Indicadores de síntese do mercado de capitais português – outubro de 2016](#)

[Working Paper: A Crise Financeira: Aprendemos as lições?](#)

[Estatísticas trimestrais sobre gestão de ativos - 3.º trimestre de 2016](#)

[Indicadores de síntese dos organismos de investimento coletivo e dos fundos de investimento alternativo - outubro 2016](#)

[Estatísticas trimestrais sobre day-trading - 3º trimestre de 2016](#)

AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES

[Norma regulamentar da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões n.º 11/2016-R - Diário da República n.º 215/2016, Série II de 2016-11-09](#)

Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

Norma Regulamentar que tem por objeto a regulamentação dos procedimentos de recolha dos dados indispensáveis ao cumprimento das obrigações da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões relativas à informação para a regularização de sinistros automóvel e ao controlo do cumprimento da obrigação de seguro de responsabilidade civil automóvel

[Consulta Pública n.º 13/2016](#) - projeto de Norma Regulamentar que aprova as condições gerais uniformes do seguro de colheitas de frutas e produtos hortícolas a adotar pelas empresas de seguros que subscrevam este seguro na Região Autónoma da Madeira, nos termos do Sistema de Seguros Agrícolas.

[Consulta Pública n.º 14/2016](#) - projeto de Norma Regulamentar que estabelece os índices trimestrais de atualização de capitais para as apólices do ramo "Incêndio e elementos da natureza" com início ou vencimento no primeiro trimestre de 2017.

FISCAL

[Decreto Regulamentar n.º 5/2016 - Diário da República n.º 222/2016, Série I de 2016-11-18](#)

Finanças

Estabelece os limites máximos das perdas por imparidade e outras correções de valor para risco específico de crédito dedutíveis para efeitos do apuramento do lucro tributável em imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas

Transparência Fiscal e Financeira da UE

[Resolução da Assembleia da República n.º 229/2016 - Diário da República n.º 222/2016, Série I de 2016-11-18](#)

Assembleia da República

Procedimento de «cartão verde» sobre transparência fiscal e financeira na União Europeia

Presidência da República

[Presidente da República promulga Decreto da Assembleia da República](#)

O Presidente da República promulgou o diploma que procede à primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei n.º 41/2016, de 1 de agosto, que altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, o Regime do IVA nas Transações Intracomunitárias, o Decreto-Lei n.º 185/86, de 14 de julho, o Código do Imposto do Selo, o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e o Código do Imposto Único de Circulação.

[Presidente da República promulga diploma do Governo](#)

O Presidente da República promulgou o diploma que estabelece os limites máximos das perdas por imparidade e outras correções de valor para risco específico de crédito dedutíveis para efeitos do apuramento do lucro tributável em IRC, bem como as regras a observar na sua determinação, nos termos do n.º 2 do artigo 28.º-A e no n.º 1 do artigo 28.º-C do CIRC, a aplicar no período de tributação que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2016.

AT – AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

[Ofício-circulado n.º 30184/2016, de 14/11](#) - IVA - Atividades desenvolvidas pelos estabelecimentos termais.



FRSS – FUNDO DE REESTRUTURAÇÃO DO SETOR SOLIDÁRIO

[Decreto-Lei n.º 68/2016 - Diário da República n.º 211/2016, Série I de 2016-11-03](#)

Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Procede à terceira alteração ao [Decreto-Lei n.º 165-A/2013](#), de 23 de dezembro, que cria o Fundo de Reestruturação do Setor Solidário e estabelece o seu regime jurídico, à primeira alteração ao [Decreto-Lei n.º 120/2015](#), de 30 de junho, que estabelece os princípios orientadores e o enquadramento a que deve obedecer a cooperação entre o Estado e as entidades do setor social e solidário, e à primeira alteração ao [Decreto-Lei n.º 240/2015](#), de 14 de outubro, que estabelece o regime legal da transmissão dos estabelecimentos integrados do Instituto da Segurança Social, I. P. e respetivos apartamentos de autonomização, para a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa



FUNÇÃO PÚBLICA

[Resolução da Assembleia da República n.º 222/2016 - Diário da República n.º 218/2016, Série I de 2016-11-14](#)

Assembleia da República

Suspensão e prorrogação do prazo de funcionamento da Comissão Eventual para o Reforço da Transparência no Exercício de Funções Públicas



GESTOR PÚBLICO

[Declaração n.º 8/2016 - Diário da República n.º 216/2016, Série I de 2016-11-10](#)

Assembleia da República

Declaração sobre a caducidade do processo relativo à Apreciação Parlamentar n.º 18/XIII

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

[Declaração n.º 9/2016 - Diário da República n.º 216/2016, Série I de 2016-11-10](#)

Assembleia da República

Declaração sobre a caducidade do processo relativo à Apreciação Parlamentar n.º 17/XIII

JOGOS SOCIAIS

[Portaria n.º 285/2016 - Diário da República n.º 213/2016, Série I de 2016-11-07](#)

Administração Interna

Repartição das verbas dos jogos sociais no ano de 2017

JUSTIÇA

[Decreto-Lei n.º 73/2016 - Diário da República n.º 214/2016, Série I de 2016-11-08](#)

Justiça

Procede à sexta alteração ao Estatuto dos Funcionários de Justiça, aprovado pelo [Decreto-Lei n.º 343/99](#), de 26 de agosto

MP – [Projeto de Regulamento do Quadro Complementar de Magistrados do MP: Consulta Pública](#)

O Conselho Superior do Ministério Público deliberou, nos termos do disposto no artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovar a nota justificativa e o projeto de "Regulamento do Quadro Complementar de Magistrados do Ministério Público" [anexos](#), fixando o dia 8 de novembro de 2016 como data de referência do início do procedimento, para efeitos do n.º 1 da disposição citada.

PENAL

DGPJ - [Publicação de Diretiva relativa ao apoio judiciário em processo penal](#)

Foi publicada, no Jornal Oficial da União Europeia, a Diretiva (UE) 2016/1919, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de outubro de 2016, relativa ao apoio judiciário para suspeitos e arguidos em processo penal e para as pessoas procuradas em processos de execução de mandados de detenção europeus.

Presidência da República

[Presidente da República promulga Decreto da Assembleia da República](#)

O Presidente da República promulgou o diploma que procede à alteração ao Código Penal transpondo a Diretiva n.º 2014/62/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de maio de 2014, relativa à proteção penal do euro e de outras moedas contra a contrafação e que substitui a Decisão-Quadro 2000/383/JAI do Conselho.

[Presidente da República promulga diploma do Governo](#)

O Presidente da República promulgou o diploma que cria a Unidade Nacional de Combate ao Cibercrime e à Criminalidade Tecnológica.



PÚBLICO

Organização Europeia de Direito Público

[Decreto do Presidente da República n.º 94/2016 - Diário da República n.º 210/2016, Série I de 2016-11-02](#)

Presidência da República

Ratifica o Acordo para a Criação e Estatuto da Organização Europeia de Direito Público, assinado em Atenas em 27 de outubro de 2004

[Resolução da Assembleia da República n.º 212/2016 - Diário da República n.º 210/2016, Série I de 2016-11-02](#)

Assembleia da República

Aprova o Acordo para a Criação e Estatuto da Organização Europeia de Direito Público, assinado em Atenas em 27 de outubro de 2004



RECURSOS PRÓPRIOS DA UE

[Aviso n.º 109/2016 - Diário da República n.º 209/2016, Série I de 2016-10-31](#)

Negócios Estrangeiros

Aviso relativo à entrada em vigor da Decisão do Conselho ([2014/335/UE](#), Euratom) de 26 de maio de 2014 relativa ao sistema de recursos próprios da União Europeia



SAÚDE / LIFE SCIENCE

[Decreto-Lei n.º 74/2016 - Diário da República n.º 214/2016, Série I de 2016-11-08](#)

Saúde

Procede à primeira alteração ao [Decreto-Lei n.º 16/99](#), de 25 de janeiro, que regula o licenciamento, o funcionamento e a fiscalização do exercício da atividade das unidades privadas que atuem na área do tratamento ou da recuperação de toxicod dependentes e define os requisitos a que devem obedecer as suas instalações, organização e funcionamento, clarificando a efetiva competência da Entidade Reguladora da Saúde

[Decreto-Lei n.º 75/2016 - Diário da República n.º 214/2016, Série I de 2016-11-08](#)

Saúde

Procede à sétima alteração ao [Decreto-Lei n.º 307/2007](#), de 31 de agosto, que estabelece o regime jurídico das farmácias de oficina e revoga o [Decreto-Lei n.º 241/2009](#), de 16 de setembro

[Portaria n.º 284/2016 - Diário da República n.º 212/2016, Série I de 2016-11-04](#)

Saúde

Estabelece o regime de comparticipação dos dispositivos médicos para o apoio aos doentes ostomizados, destinados a beneficiários do Serviço Nacional de Saúde

[Portaria n.º 284-A/2016 - Diário da República n.º 212/2016, 1º Suplemento, Série I de 2016-11-04](#)

Saúde

Procede à terceira alteração à [Portaria n.º 224/2015](#), de 27 de julho, na redação resultante das [Portarias n.ºs 417/2015](#), de 4 de dezembro, e [138/2016](#), de 13 de maio, e à sua republicação (Estabelece o regime jurídico a que obedecem as regras de prescrição e dispensa de medicamentos e produtos de saúde e define as obrigações de informação a prestar aos utentes)

[Portaria n.º 287/2016 - Diário da República n.º 216/2016, Série I de 2016-11-10](#)

Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e Saúde

Aprova e define o regime excecional de comparticipação do Estado no preço dos medicamentos, aplicável aos pensionistas e aos futuros pensionistas que tenham descontado, especificamente até 1984, para o Fundo Especial de Segurança Social do Pessoal da Indústria de Lanifícios

[Portaria n.º 290-A/2016 - Diário da República n.º 219/2016, 1º Suplemento, Série I de 2016-11-15](#)

Saúde

Altera a [Portaria n.º 195-C/2015](#), de 30 de junho, que estabelece as regras e procedimentos de formação, alteração e revisão dos preços dos medicamentos sujeitos a receita médica e medicamentos não sujeitos a receita médica comparticipados, bem como as respetivas margens de comercialização, e a [Portaria n.º 154/2016](#), de 27 de maio, que regula o regime de preços notificados dos medicamentos sujeitos a receita médica não comparticipados ou não comparticipáveis. Revoga os n.ºs 4 e 6 do artigo 20.º da [Portaria n.º 195-C/2015](#), de 30 de junho

[Portaria n.º 290-B/2016 - Diário da República n.º 219/2016, 1º Suplemento, Série I de 2016-11-15](#)

Saúde

Define os países de referência, a considerar em 2017, para a autorização dos preços dos novos medicamentos e para efeitos de revisão anual de preços dos medicamentos do mercado hospitalar e do mercado de ambulatório e introduz um critério excecional a aplicar no regime de revisão de preços e a sua suspensão para os medicamentos genéricos

[Portaria n.º 292/2016 - Diário da República n.º 221/2016, Série I de 2016-11-17](#)

Saúde

Determina o valor da comparticipação por beneficiário do subsistema, inscrito na base de dados do cartão de saúde, até à extinção de todos os protocolos celebrados ao abrigo do disposto no n.º 6 do artigo 25.º do Estatuto do Serviço Nacional de Saúde, aprovado pelo [Decreto-Lei n.º 11/93](#), de 15 de janeiro, na redação dada pelo [Decreto-Lei n.º 401/98](#), de 17 de dezembro

[Despacho n.º 13277/2016 - Diário da República n.º 213/2016, Série II de 2016-11-07](#)

Saúde - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde

Determina, no âmbito do Programa Nacional para a Diabetes, o desenvolvimento da estratégia de Acesso a Tratamento com Dispositivos de Perfusão Subcutânea Contínua de Insulina (PSCI), com o objetivo de assegurar a cobertura de toda a população elegível em idade pediátrica até ao ano de 2019

Terapêuticas não Convencionais

[Resolução da Assembleia da República n.º 214/2016 - Diário da República n.º 213/2016, Série I de 2016-11-07](#)

Assembleia da República

Recomenda ao Governo que acompanhe a implementação da [Lei n.º 71/2013](#), de 2 de setembro, que regulamenta a [Lei n.º 45/2003](#), de 22 de agosto, sobre o exercício profissional das atividades de aplicação de terapêuticas não convencionais



ANACOM – AUTORIDADE NACIONAL DE COMUNICAÇÕES

[Aviso n.º 13517/2016 - Diário da República n.º 210/2016, Série II de 2016-11-02](#)

Autoridade Nacional de Comunicações

Lançamento de consulta pública relativa ao projeto de Regulamento sobre a prestação de informação de natureza estatística

[Mercado 1 - notificação à Comissão Europeia](#)

Projetos de decisão final a notificar à Comissão Europeia aprovados em 27.10.2016.
31.10.2016

[Regulamento sobre prestação de informação de natureza estatística - consulta pública](#)

Projeto de Regulamento em consulta até 16.12.2016.
02.11.2016

[Presidente da ANACOM em audição no Parlamento](#)

Fátima Barros prestou esclarecimentos sobre as alterações à Lei das Comunicações Eletrónicas.
07.11.2016

[Ficha de Informação Simplificada em formato editável](#)

ANACOM disponibiliza FIS em formato editável para facilitar a implementação das obrigações previstas no Regulamento n.º 829/2016, de 23 de agosto.
08.11.2016

[Mercado das Comunicações na Economia Nacional entre 2011 e 2015](#)

Conheça a evolução do mercado das comunicações na economia portuguesa entre 2011 e 2015.
14.11.2016

[Taxas devidas pelo exercício de atividade de fornecedor de redes e serviços de comunicações eletrónicas em 2016](#)

Aprovado valor da taxa t2 relativo a 2016.
18.11.2016



TRABALHO E EMPREGO

[Resolução da Assembleia da República n.º 217/2016 - Diário da República n.º 216/2016, Série I de 2016-11-10](#)

Assembleia da República

Recomenda ao Governo que equipare o regime do setor público ao regime do setor privado, em que é permitido, a quem pretender, continuar a trabalhar depois dos 70 anos de idade

[Resolução da Assembleia da República n.º 221/2016 - Diário da República n.º 218/2016, Série I de 2016-11-14](#)

Assembleia da República

Recomenda ao Governo a divulgação dos instrumentos de contratação utilizados pela Administração Pública e Setor Empresarial do Estado, com recurso a contratos emprego-inserção, estágios, bolsas de investigação ou contratos de prestação de serviços

[Acórdão n.º 526/2016 - Diário da República n.º 213/2016, Série II de 2016-11-07](#)

Tribunal Constitucional

Não julga inconstitucional a norma que determina a aplicação do «fator de bonificação de 1,5, em harmonia com a alínea a) do n.º 5 do anexo I do Decreto-Lei n.º 352/2007, de 23 de outubro, (Tabela Nacional de Incapacidades por Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais)» aos coeficientes de incapacidade previstos nesse diploma quando «a vítima [] tiver 50 anos ou mais»



TRANSPORTES

[Portaria n.º 434/2016 - Diário da República n.º 222/2016, Série II de 2016-11-18](#)

Presidência do Conselho de Ministros e Ambiente - Gabinetes dos Ministros Adjunto e do Ambiente

Estabelece as regras e procedimentos relativos ao acesso ao mecanismo de financiamento, bem como os critérios de ponderação para a distribuição dos montantes por cada uma das entidades beneficiárias, conforme previsto no artigo 4.º do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros, na redação dada pelo artigo 191.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março

TRATADO DA UENIÃO EUROPEIA

[Aviso n.º 110/2016 - Diário da República n.º 213/2016, Série I de 2016-11-07](#)

Negócios Estrangeiros

Aviso relativo à 6.ª Ata de Retificação do Tratado da União Europeia, assinado em Maastricht em 7 de fevereiro de 1992, que retifica os erros identificados no texto original das versões francesa, portuguesa e espanhola

RAA – REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

[Decreto Legislativo Regional n.º 23/2016/A - Diário da República n.º 216/2016, Série I de 2016-11-10](#)

Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa

Altera o Vale Saúde e aprova o Sistema Integrado de Gestão de Inscritos para Cirurgia da Região Autónoma dos Açores (SIGICA)

[Decreto Legislativo Regional n.º 24/2016/A - Diário da República n.º 217/2016, Série I de 2016-11-11](#)

Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa

Aprova o regime jurídico da responsabilidade técnica pela direção e orientação das atividades físicas desportivas desenvolvidas pelas entidades que prestam serviços na área da condição física (fitness), designadamente os ginásios, academias ou clubes de saúde (health clubs), estabelecidas na Região Autónoma dos Açores

RAM – REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

[Portaria n.º 435/2016 - Diário da República n.º 222/2016, Série II de 2016-11-18](#)

Finanças - Gabinete do Secretário de Estado do Orçamento

Portaria de extensão de encargos no âmbito da contratação dos serviços de pagamento do subsídio social de mobilidade aos passageiros residentes, residentes equiparados e aos passageiros estudantes da Região Autónoma da Madeira

UNIÃO EUROPEIA

JORNAL OFICIAL DA UE

ATOS LEGISLATIVOS

Documento de Viagem Europeu – nacionais de países terceiros em situação irregular

Regulamento (UE) 2016/1953 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de outubro de 2016, relativo ao [estabelecimento de um documento de viagem europeu para o regresso dos nacionais de países terceiros em situação irregular, e que revoga a Recomendação do Conselho de 30 de novembro de 1994](#)

Penal

Diretiva (UE) 2016/1919 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de outubro de 2016, relativa ao [apoio judiciário para suspeitos e arguidos em processo penal e para as pessoas procuradas em processos de execução de mandados de detenção europeus](#)

ATOS NÃO LEGISLATIVOS

Cartas de Condução

Decisão (UE) 2016/1945 da Comissão, de 14 de outubro de 2016, sobre as [equivalências entre categorias de cartas de condução](#)

Energia

Regulamento (UE) 2016/1952 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de outubro de 2016, relativo às [estatísticas europeias sobre os preços do gás natural e da eletricidade e que revoga a Diretiva 2008/92/CE](#)

Espaço Schengen

Decisão de Execução (UE) 2016/1989 do Conselho, de 11 de novembro de 2016, que estabelece uma recomendação para o [prolongamento temporário dos controlos nas fronteiras internas em circunstâncias excecionais que ponham em risco o funcionamento global do espaço Schengen](#)

Financeiro

Regulamento de Execução (UE) 2016/1976 da Comissão, de 10 de novembro de 2016, que estabelece as informações técnicas para o [cálculo das provisões técnicas e dos fundos próprios de base para efeitos do relato com uma data de referência compreendida entre 30 de setembro e 30 de dezembro de 2016, em conformidade com a Diretiva 2009/138/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa ao acesso à atividade de seguros e resseguros e ao seu exercício](#)

Regulamento Delegado (UE) 2016/2020 da Comissão, de 26 de maio de 2016, que complementa o Regulamento (UE) n.º 600/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo aos [mercados de instrumentos financeiros, no que respeita a normas técnicas de regulamentação sobre os critérios aplicáveis para determinar se os derivados sujeitos à obrigação de compensação devem ser igualmente sujeitos à obrigação de negociação](#)

Regulamento Delegado (UE) 2016/2021 da Comissão, de 2 de junho de 2016, que complementa o Regulamento (UE) n.º 600/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo [aos mercados de instrumentos financeiros, no que respeita às normas técnicas de regulamentação sobre o acesso aos índices de referência](#)

Regulamento Delegado (UE) 2016/2022 da Comissão, de 14 de julho de 2016, que complementa o Regulamento (UE) n.º 600/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho no que respeita às [normas técnicas de regulamentação sobre as informações necessárias para o registo das empresas de países terceiros e o formato das informações a prestar aos clientes](#)

Decisão (UE) 2016/2026 do Conselho, de 15 de novembro de 2016, relativa às [contribuições financeiras a pagar pelos Estados-Membros para financiar o Fundo Europeu de Desenvolvimento, incluindo o limite máximo para 2018, o montante anual para 2017, a primeira parcela para 2017 e uma previsão indicativa e não vinculativa dos montantes anuais que se espera arrecadar para os anos de 2019 e 2020](#)

Orientação (UE) 2016/1993 do Banco Central Europeu, de 4 de novembro de 2016, que estabelece os [princípios aplicáveis à coordenação da avaliação prevista no Regulamento \(UE\) n.º 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho e à monitorização dos sistemas de proteção institucional integrados por instituições significativas e menos significativas \(BCE/2016/37\)](#)

Orientação (UE) 2016/1994 do Banco Central Europeu, de 4 de novembro de 2016, relativa à [abordagem ao reconhecimento dos sistemas de proteção institucional para fins prudenciais pelas autoridades nacionais competentes nos termos do Regulamento \(UE\) n.º 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho \(BCE/2016/38\)](#)

Fundo de Auxílio Europeu às Pessoas Mais Carenciadas

Regulamento Delegado (UE) 2016/1986 da Comissão, de 30 de junho de 2016, que complementa o Regulamento (UE) n.º 223/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito às [condições e aos procedimentos para determinar se os montantes não recuperáveis devem ser reembolsados pelos Estados-Membros relativamente ao Fundo de Auxílio Europeu às Pessoas mais Carenciadas](#)

Orçamento da UE

Decisão (UE) 2016/1972 do Conselho, de 8 de novembro de 2016, que adota a posição do Conselho [sobre o projeto de orçamento retificativo n.º 4 da União Europeia para o exercício de 2016](#)

Decisão (UE) 2016/1973 do Conselho, de 8 de novembro de 2016, que adota a posição do Conselho [sobre o projeto de orçamento retificativo n.º 5 da União Europeia para o exercício de 2016](#)

Preços de Transferência

Regulamento de Execução (UE) 2016/1963 da Comissão, de 9 de novembro de 2016, que altera o Regulamento de Execução (UE) 2015/2378 no que diz respeito aos [formulários normalizados e ao regime linguístico a utilizar em cumprimento das Diretivas \(UE\) 2015/2376 e \(UE\) 2016/881 do Conselho](#)

Projetos de Investimento

Decisão de Execução (UE) 2016/1942 da Comissão, de 4 de novembro de 2016, relativa às [especificações do Portal Europeu de Projetos de Investimento e que revoga a Decisão de Execução \(UE\) 2015/1214](#)

Sociedade da Informação

Regulamento (UE) 2016/2015 da Comissão, de 17 de novembro de 2016, que aplica o Regulamento (CE) n.º 808/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo às [estatísticas comunitárias sobre a sociedade da informação](#)

RESOLUÇÕES, RECOMENDAÇÕES E PARECERES

Resolução do Parlamento Europeu, de 9 de junho de 2015, sobre uma [estratégia para a proteção e a aplicação dos direitos de propriedade intelectual nos países terceiros \(2014/2206\(INI\)\)](#)

Resolução do Parlamento Europeu, de 9 de junho de 2015, sobre «Para um consenso renovado sobre a proteção efetiva dos direitos de propriedade intelectual: um plano de ação da UE» (2014/2151(INI))

COMISSÃO EUROPEIA

[Declaração do Primeiro Vice-Presidente Frans Timmermans e das Comissárias Vra Jourová e Marianne Thyssen por ocasião do dia Europeu da Igualdade Salarial](#)

3 de novembro, assinalou-se o dia do ano em que as mulheres deixam de ser pagas devido à diferença salarial entre homens e mulheres. O salário médio hora das mulheres na Europa é 16,7 % mais baixo do que o dos homens, ou seja, as mulheres trabalham de graça durante 16 % do ano.

[Comissão investe mais de 220 milhões de euros em projetos ecológicos e com baixas emissões de carbono nos Estados-Membros](#)

Programa LIFE apoia 144 projetos inovadores de investimento a favor do ambiente e da ação climática.

[Comissão propõe alterações à legislação anti-dumping e antissubvenções da EU](#)

A Comissão adotou uma proposta com vista a alterar a legislação anti-dumping e antissubvenções da UE.

[Comissão propõe alterações à legislação anti-dumping e antissubvenções da EU](#)

Novo método de avaliação de distorções do mercado nos países terceiros, para assegurar um comércio justo nas importações na UE.

[Previsões Económicas da primavera de 2016: Crescimento modesto em tempos difíceis](#)

A Comissão prevê para 2017 um crescimento da área do euro de 1,5 % e um crescimento da UE de 1,6 %, entretanto ao crescimento e a atenuação dos fatores favoráveis.

[Recolocação e reinstalação: Estados-Membros devem prosseguir os seus esforços para cumprir os compromissos assumidos](#)

A Comissão adotou o seu último relatório sobre os progressos registados a nível dos regimes da UE de recolocação e reinstalação de emergência, o qual apresenta um balanço das ações realizadas desde 28 de setembro de 2016.

[Comissão recolhe opiniões sobre futuras regras para dissuadir os promotores de práticas de planeamento fiscal agressivo](#)

A Comissão Europeia lançou uma consulta pública a fim de recolher informações sobre como deve atuar a UE em matéria de consultores e intermediários que facilitam a evasão e a elisão fiscais.

[Governança Internacional dos Oceanos: Contribuição da UE para a segurança, a limpeza e a gestão sustentável dos oceanos](#)

A economia global dos oceanos está estimada em 1,3 mil biliões de euros. As alterações climáticas, a pobreza e a segurança alimentar são alguns dos desafios globais que podem ser vencidos se os oceanos estiverem mais bem protegidos e se forem geridos de forma sustentável.

[Luz verde para 8 novas iniciativas no âmbito do Instrumento de Parceria da EU](#)

A Comissão Europeia aprovou oito novos projetos perfazendo mais de 32 milhões de EUR, ao abrigo do Instrumento de Parceria (IP), para reforçar a cooperação com os países parceiros em áreas prioritárias.

[Pacote de outono do Semestre Europeu: Contribuir para uma retoma económica mais forte e mais inclusiva](#)

A Comissão define as prioridades económicas e sociais da UE para o próximo ano, confirma a necessidade de se adotar uma orientação orçamental mais positiva para a área do euro e conclui a avaliação dos projetos de planos orçamentais dos Estados-Membros.

[União da Segurança: Comissão propõe criar um Sistema Europeu de Informação e Autorização de Viagem](#)

«Temos de saber quem atravessa as nossas fronteiras. Até novembro, iremos propor um sistema automatizado para determinar quem será autorizado a viajar para a Europa. Deste modo, ficaremos a saber quem viaja para a Europa antes mesmo de as pessoas aqui chegarem.» – Presidente Jean-Claude Juncker, discurso sobre o estado da União de 2016.

[Agenda Europeia para a Segurança: segundo relatório sobre os progressos realizados para criar uma União da Segurança sustentável e eficaz](#)

A Comissão Europeia apresentou o seu segundo relatório mensal sobre os progressos realizados para criar uma União da Segurança sustentável e eficaz.

[Promover o pluralismo da comunicação social e a democracia: Comissão acolhe o segundo Colóquio Anual de Direitos Fundamentais](#)

A Comissão Europeia acolheu o segundo Colóquio Anual de Direitos Fundamentais. Os participantes debateram o tema «Pluralismo da Comunicação Social e Democracia».

[Acordo sobre o orçamento da UE centra-se no reforço da economia e na resposta à crise dos refugiados](#)

As instituições da UE alcançaram um acordo sobre o orçamento da UE para 2017

Consulta pública

Fiscal

[Desincentivos para consultores e intermediários que promovem mecanismos de planeamento fiscal potencialmente agressivos](#)
10.11.2016 – 16.02.2017

[Consulta pública — Impostos especiais sobre o consumo de tabacos manufacturados](#)
17.11.2016 – 16.02.2017

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA

Financeiro

[Fundos do mercado monetário: Presidência e PE chegam a acordo](#)

A Presidência alcançou um acordo provisório com os representantes do Parlamento Europeu sobre o projeto de regulamento relativo aos fundos do mercado monetário.

[Conclusões da 46.ª reunião do Conselho do Espaço Económico Europeu](#)

Na 46.ª reunião do Conselho do EEE foram adotadas conclusões.

Fundos Europeus Estruturais de Investimento

[Conclusões do Conselho sobre os Resultados e Novos Elementos da Política de Coesão e dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento](#)

O Conselho adotou Conclusões do Conselho sobre os Resultados e Novos Elementos da Política de Coesão e dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento

Orçamento da UE para 2017

[Orçamento da UE para 2017: boas hipóteses de haver acordo](#)

Na sequência da primeira reunião do comité de conciliação, o Conselho considera haver boas hipóteses de se chegar a acordo sobre o orçamento da UE para 2017.

[Alcançado acordo sobre o orçamento da UE para 2017](#)

Em 17 de novembro de 2016, o Conselho e o Parlamento Europeu chegaram a acordo sobre o orçamento da UE para 2017.

Segurança e Defesa

[Conclusões do Conselho sobre a instituição de um quadro estratégico à escala da UE para apoiar a reforma do setor da segurança](#)

Em 14 de novembro de 2016, o Conselho adotou conclusões sobre a instituição de um quadro estratégico à escala da UE para apoiar a reforma do setor da segurança.

PARLAMENTO EUROPEU

[Esta semana no PE: Mário Centeno, CETA, proteção de dados UE-EUA](#)

O ministro das finanças português, Mário Centeno, e o seu homólogo espanhol estiveram no Parlamento Europeu no âmbito do diálogo estruturado sobre a eventual suspensão dos fundos a Portugal e Espanha no quadro do procedimento relativo aos défices excessivos. Os eurodeputados debateram o acordo de comércio entre a UE e o Canadá e o acordo de transferência de dados pessoais entre a UE e os EUA no âmbito da aplicação da lei entre outros temas.

[Eurodeputados contra suspensão dos fundos estruturais a Portugal e Espanha](#)

Os eurodeputados das comissões do Desenvolvimento Regional e dos Assuntos Económicos mostraram estar em sintonia com o ministro das Finanças português, Mário Centeno, e o seu homólogo espanhol, Luis de Guindos, opondo-se a uma eventual suspensão dos fundos estruturais a Portugal e Espanha. A falta de racionalidade política e económica para essa suspensão e o impacto negativo que teria no investimento e na recuperação económica foram alguns dos argumentos apresentados no Parlamento Europeu.

[Drones para uso civil: como garantir segurança e privacidade?](#)

[Esta semana no Parlamento Europeu: orçamento da UE, impostos e alterações climáticas](#)

O Parlamento vai procurar alcançar um acordo com os Estados-Membros e a Comissão Europeia sobre o orçamento da UE para 2017. Uma delegação de 12 eurodeputados participou na conferência sobre a implementação do Acordo de Paris, COP22. Eurodeputados da Comissão de Branqueamento de Capitais, Elisão e Evasão Fiscais debatem o escândalo "Documentos do Panamá" com vários especialistas incluindo o Prémio Nobel da Economia Joseph Stiglitz.

[Stiglitz: UE deve assumir liderança no combate à evasão fiscal](#)

O economista e prémio Nobel Joseph E. Stiglitz disse aos eurodeputados não ter esperanças que a futura administração de Donald Trump lidere a luta global contra a evasão fiscal, defendendo que a Europa deve assumir esse papel. Stiglitz foi convidado para uma audição na comissão de inquérito sobre os "Documentos de Panamá".

[COP 22: A União Europeia vai respeitar as suas promessas sobre o combate às alterações climáticas](#)

Nas últimas duas semanas, os líderes mundiais negociaram a implementação das prioridades do Acordo de Paris durante a COP22 em Marraquexe. Perto de 200 países assinaram uma declaração considerando a implementação das medidas "um dever urgente". O Parlamento Europeu esteve presente na conferência com uma delegação de 12 eurodeputados. Falámos com o chefe da delegação Giovanni La Via (PPE, Itália) sobre os próximos passos e o papel do Parlamento Europeu.

PORTAL DO GOVERNO

COMUNICADO DO CONSELHO DE MINISTROS DE 11 DE NOVEMBRO DE 2016

[Foi aprovado, entre outros, o seguinte:](#)

- Foi alterada a regulamentação do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, de forma a não considerar os subsídios ou subvenções ao investimento na determinação do rendimento relevante dos trabalhadores independentes.

- Alterações formais à Lei n.º 119/2015, de 31 de agosto, que aprovou o Código Cooperativo, revogando a Lei n.º 51/96, de 7 de setembro.

(...)

COMUNICADO DO CONSELHO DE MINISTROS DE 11 DE NOVEMBRO DE 2016

[Foi aprovado, entre outros, o seguinte:](#)

- Propor à Assembleia da República a criação da morada única digital e o respetivo serviço público de notificações eletrónicas, prevista no Programa Simplex+ 2016.

- Diploma que procede ao alargamento do serviço público de acesso universal e gratuito ao Diário da República, disponibilizando ao público todo o seu conteúdo, fixando as condições da sua utilização e procedendo à extinção do respetivo serviço de assinaturas.

- Regulamentação que garante o acesso de todas as mulheres à procriação médica assistida, tendo ainda procedido a alterações na lei que regula a utilização de técnicas de Procriação Medicamente Assistida (PMA).

(...)

A presente Newslexter destina-se a ser distribuída entre Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstrata, não devendo servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta Newslexter não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto contate-nos: plmjlaw@plmj.pt.

 Sociedade de Advogados Portuguesa do Ano
Who's Who Legal 2016, 2015, 2011-2006
Chambers European Excellence Awards 2014, 2012, 2009

 Sociedade de Advogados Ibérica do Ano
The Lawyer European Awards 2015-2012

 Top 5 - Game Changers dos últimos 10 anos
Top 50 - Sociedades de Advogados mais Inovadoras da Europa
Financial Times - Innovative Lawyers Awards 2015 - 2011